



A Iniciativa Gulbenkian Oceanos (IGO) é um programa da Gulbenkian que visa - entre outros - a produção de informação necessária à conservação e boa gestão dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, nomeadamente para informar os processos de tomada de decisão. Com um horizonte temporal de 2013 a 2018, apoia a valoração económica dos serviços dos ecossistemas marinhos (SEM) - enquanto ativos estratégicos de desenvolvimento, assente num desenvolvimento económico sustentável e centrado no bem-estar humano - através de atividades em três domínios: investigação científica, perceção pública e promoção de novas políticas.

A IGO financia um projeto de investigação científica interdisciplinar - coordenado pela *Nova School of Business and Economics* e a Universidade de Aveiro - que visa determinar o valor económico dos SEM em Portugal.

No âmbito do domínio da promoção de novas políticas, para além do presente projeto, a IGO apoia ainda um outro - a 'Avaliação do potencial de desenvolvimento de um processo de co-gestão em pescas no eixo Peniche-Nazaré' - coordenado pelo WWF-Portugal.

O PROJETO

Com base em dois casos de estudo - Zona de Proteção Especial (ZPE) das Berlengas e de uma área de estudo integrada na potencial (mas não classificada) ZPE Aveiro-Cabo Carvoeiro - tem como objetivo promover o valor dos serviços de ecossistemas em Áreas Marinhas Protegidas (AMP) de modo a sustentar a importância da designação destas áreas e o alargamento da rede de AMP existente atualmente. Com este projeto pretende-se avaliar os benefícios económicos da implementação destas áreas e das medidas de gestão associadas à conservação dos valores naturais, assim como os custos associados à perda de biodiversidade e degradação desses ecossistemas pela falta de designação e/ou implementação de medidas de gestão adequadas. O projeto tem como núcleo central o envolvimento dos agentes de forma aos resultados contribuirão efetiva e eficazmente para informar os decisores políticos sobre os benefícios da implementação e adequada gestão de AMP.



CONTACTOS

RITA CATARINA GOMES

Tel. 213 220 430 | email: rita.gomes@spea.pt

<http://www.spea.pt/pt/estudo-e-conservacao/projetos/servicos-dos-ecossistemas-marinhos/>



ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS MARINHOS



SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS MARINHOS (SEM)

Consideremos um **ecossistema** como qualquer conjunto dinâmico de organismos (ex. plantas, animais, Homem, microrganismos) num dado espaço geográfico e que interagem e se relacionam entre si e com o meio onde habitam. Os **serviços dos ecossistemas** são os benefícios que os ecossistemas fornecem ao bem-estar humano.

Historicamente ligado ao Mar e com uma das maiores Zona Económica Exclusiva, em Portugal a valorização do Mar - enquanto potencial económico - voltou a estar na ordem do dia.

Por **serviços dos ecossistemas marinhos (SEM)** entende-se o contributo dos ecossistemas marinhos para satisfazer as necessidades básicas e materiais do Homem por forma a garantir-lhe uma vida condigna. Entre os serviços que os SEM fornecem contam-se os de **provisão** de alimento (ex. peixe, marisco), de materiais (ex. recursos hídricos para fins industriais, minérios, recursos ornamentais e medicinais) e de energia (ex. energia das ondas, energia eólica). Os SEM fornecem ainda ao bem-estar humano serviços de regulação e culturais. Como serviços de **regulação** conta-se a proteção contra riscos naturais (ex. erosão, inundações pelo mar), a purificação do ar ou a depuração de resíduos.

Como serviços **culturais** conta-se o contributo para (i) gerar oportunidades para o turismo, recreio e lazer; (ii) atividades de educação e/ou investigação; (iii) manter a herança cultural e o sentimento de pertença; (iv) o sentimento aprazível que advém da paisagem marinha; (v) inspirar elementos de cultura e arte e ainda para (vi) experiências religiosas.

Conservar os SEM contribui para a subsistência de comunidades costeiras e redução da pobreza

Mas como gerir este imenso recurso denominado **MAR**, conjugando objetivos ambientais, económicos e ecológicos e coordenando diferentes atividades, muitas das quais conflituantes? Um adequado planeamento deste recurso deverá envolver todos os atores relevantes, focar-se em diminuir os conflitos de uso e garantir uma partilha justa dos benefícios socioeconómicos gerados, enquanto garante a preservação dos ecossistemas marinhos e consequentemente o fornecimento dos serviços prestados tanto às gerações atuais como às futuras.

As Áreas Protegidas são estabelecidas nomeadamente, para proteger e conservar ecossistemas disponibilizando ao mesmo tempo um variado leque de benefícios à sociedade e setor económico.

Em 2011, a Comissão Europeia aprovou a nova estratégia para travar a perda da biodiversidade até 2020, a qual estabelece que “os Estados-Membros e a Comissão garantirão que até 2012 esteja largamente completa a fase de estabelecimento da rede Natura 2000, incluindo o meio marinho”.

Em Portugal, atualmente, apenas 0.01% da Zona Económica Exclusiva de Portugal Continental está classificada como **Área Marinha Protegida (AMP)**. Este valor está longe de cumprir as metas internacionais (*Aichi*) as quais definem que, até 2020, 10% da área marinha sob a tutela dos Estados-Membros deverá ser decretada como AMP, e a sua gestão devidamente regulamentada e aplicada. O governo Português, em conjunto com a SPEA, definiu recentemente um alargamento das áreas a propor como ZPE marinhas e em breve fará o mesmo exercício para a identificação de Sítios de Interesse Comunitário (SIC) marinhos. A criação deste conjunto de AMP irá implicar um acréscimo dos custos para a sua gestão, mas o conjunto de bens e serviços prestados pelos ecossistemas marinhos ultrapassam em grande medida os custos estimados da sua gestão.

Apoio a decisões que protegem os ecossistemas marinhos enquanto promovem uma partilha equitativa dos seus benefícios socioeconómicos